

**DA EXCLUSÃO AO FLORESCIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE UMA ESTUDANTE
AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR**

Ana Carolina Moraes de Souza

anacarolinamoraissouza@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

EIXO TEMÁTICO: A pessoa com deficiência, transtornos globais e/ou Altas habilidades/superlotação no Ensino Superior.

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência com enfoque autoetnográfico, fundamentado na trajetória de uma estudante autista da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O objetivo é refletir criticamente sobre as barreiras e os apoios vivenciados no ensino superior, articulando-os ao debate sobre acessibilidade curricular, práticas pedagógicas inclusivas e permanência estudantil. O percurso acadêmico iniciou-se em 2015, no curso de Engenharia Física, em uma rotina extenuante que culminou em burnout e em dificuldades de permanência, agravadas pela ausência de acolhimento de parte do corpo docente. Em 2021, o diagnóstico de autismo possibilitou ressignificar tais experiências, permitindo compreendê-las não como falhas individuais, mas como efeitos da falta de políticas e práticas efetivas de inclusão. A transição para o curso de Letras – Português-Espanhol, em 2023, representou um reencontro com minhas potencialidades, uma vez que o hiperfoco em livros e ensino pôde se tornar potência criativa e produtiva, apoiada por acompanhamento terapêutico e por políticas institucionais de acessibilidade. A metodologia adotada parte da autoetnografia (Ellis, 2004), valorizando a experiência situada como produtora de saberes, em diálogo com os estudos da educação inclusiva (Mantoan, 2003), da neurodiversidade (Singer, 1999) e da ecologia de saberes (Santos, 2007). Os resultados indicam que a inclusão no ensino superior é um processo em movimento, tensionado entre diretrizes institucionais e práticas cotidianas, e que a experiência autista, mais do que apontar obstáculos, revela estratégias, aprendizagens e formas de conhecimento que podem contribuir para a transformação das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Autismo. Acessibilidade curricular. Permanência estudantil.

INTRODUÇÃO

Ingressei na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em 2015, no curso de Engenharia Física, sem ainda conhecer meu diagnóstico de autismo. Desde o início, a rotina foi marcada pela exaustão: um curso integral, somado ao trabalho noturno, consumia todas as minhas energias e logo resultou em burnout. A resposta institucional a esse adoecimento foi desigual: enquanto alguns professores compreenderam e acolheram minimamente minha situação, outros reduziram a experiência à possibilidade de reprovação por faltas, como se fosse apenas uma questão burocrática. Essa falta de sensibilidade, mais do que as dificuldades acadêmicas, expôs a distância

entre a promessa de formação integral e a prática efetiva de cuidado e inclusão no espaço universitário.

Somente em 2021, após anos de crises sucessivas, recebi o diagnóstico de autismo. Esse momento foi um divisor de águas: passei a compreender que minhas dificuldades não derivavam de falhas pessoais, mas de uma condição que exigia estratégias específicas de adaptação. Reconhecer o autismo foi também reconhecer a necessidade de políticas institucionais mais efetivas de acessibilidade curricular, que muitas vezes não alcançam estudantes com diagnóstico tardio. Ao mesmo tempo, o acompanhamento psicológico, o tratamento psiquiátrico e o acesso a medicação para comorbidades, como ansiedade e depressão, tornaram-se pilares para que eu pudesse me reerguer e reconstruir meu percurso acadêmico.

Em 2023, decidi migrar para o curso de Letras – Habilitação Português-Espanhol. Essa escolha representou mais que uma mudança de área: foi uma reconciliação com minha própria trajetória. O espaço das Letras me ofereceu a possibilidade de transformar meu hiperfoco nos livros e no ensino em potência criativa e produtiva. Desde então, encontrei não apenas satisfação pessoal, mas também reconhecimento acadêmico, tornando-me uma das alunas mais ativas do curso, com produção constante de artigos, participação em eventos científicos e envolvimento em pesquisas. Esse florescimento não teria sido possível sem a conjugação entre apoio terapêutico, políticas de acessibilidade e o reposicionamento institucional que passei a experimentar.

Este relato parte, portanto, de uma vivência singular: a de uma estudante autista que percorreu diferentes trajetórias dentro da UEMS, enfrentando exclusões, resistências e reencontros. Mais do que um testemunho individual, trata-se de refletir criticamente sobre como acessibilidade curricular, práticas pedagógicas e formação docente se materializam – ou se inviabilizam – nas relações cotidianas.

A inclusão, neste sentido, não é apenas um princípio normativo escrito em documentos, mas uma prática que se realiza na escuta, na flexibilização de métodos e na construção de condições para que diferentes sujeitos possam existir plenamente no espaço acadêmico. Ao narrar essa trajetória, busco contribuir com um olhar situado sobre as tensões e possibilidades da inclusão no ensino superior, reafirmando que a experiência autista também é produtora de saberes e perspectivas indispensáveis ao debate educacional.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como um relato de experiência com enfoque autoetnográfico, fundamentado na minha trajetória como estudante autista da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). A autoetnografia, conforme Ellis (2004), permite compreender a experiência pessoal

como prática de investigação, na medida em que articula subjetividade, memória e análise crítica, deslocando o lugar do pesquisador para dentro da narrativa. Essa perspectiva é especialmente adequada em contextos de inclusão, nos quais o relato situado se converte em ferramenta de denúncia de barreiras e de proposição de alternativas.

A narrativa parte de episódios concretos vividos em dois momentos distintos de minha trajetória: a experiência inicial no curso de Engenharia Física (2015–2022), marcada pelo burnout e pela ausência de suporte institucional adequado, e a posterior transição para o curso de Letras – Português-Espanhol (2023–atual), em que o diagnóstico de autismo, o acompanhamento terapêutico e o acesso a políticas de acessibilidade tornaram-se centrais para a permanência estudantil e para a produção de saberes.

A análise desses episódios se ancora em referenciais da educação inclusiva (Mantoan, 2003), que defende a centralidade da escola e da universidade como espaços de acolhimento da diferença, e nos estudos da neurodiversidade (Singer, 1999), que compreendem o autismo não como déficit, mas como expressão legítima da diversidade humana. Soma-se ainda o aporte da ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2007), que permite valorizar o conhecimento produzido a partir de experiências singulares, em diálogo com a produção científica e acadêmica.

Dessa forma, a metodologia adotada não se limita a uma narrativa pessoal, mas busca articular vivência e reflexão crítica, entendendo que relatos autoetnográficos podem se constituir como instrumentos de produção de conhecimento e como contribuição efetiva para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas no ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre educação inclusiva no Brasil consolidou-se a partir de marcos legais e pedagógicos que buscam superar a lógica da integração para assumir a diferença como princípio constitutivo do espaço escolar. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão não pode ser reduzida a adaptações pontuais, mas exige uma revisão profunda do currículo, das metodologias e das relações pedagógicas. Nesse sentido, pensar a permanência de estudantes autistas na universidade demanda compreender que as barreiras não estão nos sujeitos, mas nas estruturas que, ao serem rígidas, excluem a diversidade.

O conceito de neurodiversidade, introduzido por Singer (1999), tem sido central para ressignificar o autismo. Em vez de tratá-lo como déficit ou patologia, a neurodiversidade propõe a valorização das diferentes formas de funcionamento neurológico como parte da diversidade humana. Tal perspectiva é reforçada atualmente ao se destacar que práticas pedagógicas inclusivas só se efetivam quando reconhecem que sujeitos neurodivergentes possuem modos distintos de aprender,

interagir e produzir conhecimento, e que a função da instituição educativa é criar condições para que tais modos não sejam sufocados.

Nesse debate, também é relevante recorrer à noção de ecologia de saberes desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2007), que valoriza conhecimentos produzidos em contextos marginais ou subalternizados, em diálogo com o saber científico. O relato da experiência autista dentro da universidade, nesse sentido, não se limita a uma narrativa individual, mas constitui um saber situado que pode contribuir para reorientar práticas pedagógicas e políticas institucionais.

Além disso, Gomes *et al.* (2021) argumenta que a acessibilidade é um dos maiores desafios da educação inclusiva no ensino superior, pois implica não apenas flexibilização de recursos, mas a transformação das práticas de ensino em direção a uma pedagogia mais aberta à diversidade. Esse ponto é fundamental para compreender como episódios de burnout, incompreensão docente e ausência de suporte não são eventos isolados, mas expressam lacunas estruturais ainda persistentes.

Portanto, o referencial teórico que orienta este relato articula três eixos principais: (i) a crítica da educação inclusiva como prática restrita a adaptações individuais (Mantoan, 2003); (ii) a ressignificação do autismo pela lente da neurodiversidade (Singer, 1999); e (iii) a valorização da experiência autista como produção legítima de conhecimento (Santos, 2007). É nesse entrecruzamento que este trabalho busca situar-se, trazendo a trajetória vivida como aporte para repensar a inclusão no ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Vivência na Engenharia Física: o burnout e a falta de acolhimento

Ao ingressar em 2015 no curso de Engenharia Física, vivenciei uma rotina que rapidamente se tornou extenuante. A sobrecarga entre um curso integral e o trabalho noturno culminou em burnout em menos de dois anos. A reação docente foi desigual: alguns professores compreenderam o impacto da exaustão, enquanto outros reduziram a questão à burocracia das faltas. Esse episódio evidencia o que Mantoan (2003) chama de “inclusão superficial”, na qual não há uma revisão pedagógica efetiva, mas apenas a reprodução de critérios rígidos que desconsideram a singularidade dos estudantes. A ausência de práticas pedagógicas flexíveis naquele momento representou uma barreira significativa à permanência estudantil.

2. O diagnóstico de autismo e a reconfiguração da trajetória acadêmica

Em 2021, o diagnóstico de autismo representou uma chave interpretativa para minha história. Passou a ser possível compreender que as dificuldades não se deviam a incapacidade pessoal, mas à ausência de condições adequadas para sujeitos neurodivergentes. O conceito de neurodiversidade

(Singer, 1999) foi fundamental para ressignificar minha experiência, deslocando o olhar da patologia para a diferença. O laudo psiquiátrico, além de oferecer acesso a tratamentos para comorbidades como ansiedade e depressão, abriu também a possibilidade de reivindicar direitos institucionais antes inacessíveis, apontando para o caráter político do diagnóstico em contextos educacionais.

3. A transição para o curso de Letras: encontro com o hiperfoco e florescimento acadêmico

Em 2023, ao migrar para o curso de Letras – Habilitação Português-Espanhol, ocorreu um movimento de reconciliação com a vida acadêmica. O hiperfoco em livros e no ensino tornou-se potência criativa, permitindo que a experiência universitária fosse vivida não como sobrecarga, mas como realização. A participação em eventos científicos, a produção constante de artigos e o reconhecimento acadêmico foram facilitados pela conjugação entre políticas institucionais de acessibilidade, acompanhamento terapêutico e uma área de afinidade. Nesse ponto, a análise se aproxima de Santos (2007), quando discute a ecologia de saberes, pois a experiência autista deixa de ser vista apenas como dificuldade e se torna também fonte de produção de conhecimento válido para a universidade.

4. Inclusão em movimento: entre políticas institucionais e práticas cotidianas

Apesar dos avanços, a inclusão ainda se mostrou atravessada por contradições. O ingresso inicial sem cotas, devido à ausência de laudo, exemplifica como a burocracia pode atrasar o acesso a direitos, mesmo quando a necessidade é evidente. Por outro lado, após o diagnóstico, o reconhecimento das políticas afirmativas e de acessibilidade abriu novos caminhos de permanência. Essa oscilação demonstra que a inclusão é sempre processo em disputa, situada entre diretrizes institucionais e sua efetivação prática. Conforme Gomes *et al.* (2021), a acessibilidade não se reduz a ajustes individuais, mas depende de uma transformação cultural nas formas de ensinar e avaliar.

5. Saberes produzidos pela experiência autista

A trajetória não revela apenas barreiras, mas também a produção de saberes específicos. Aprendi a construir estratégias de estudo próprias, a negociar adaptações com docentes e a reconhecer os limites e potencialidades da vida acadêmica. Esse processo confirma a ideia de que a experiência não é apenas vivida, mas também produtora de conhecimento. Nesse sentido, minha trajetória enquanto estudante autista se insere no que Boaventura de Sousa Santos (2007) define como ecologia de saberes, pois amplia o repertório da universidade ao introduzir perspectivas e práticas construídas a partir da diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso narrado neste relato evidencia que a inclusão, no ensino superior, não pode ser compreendida como um ponto de chegada, mas como um processo em constante movimento. A experiência inicial na Engenharia Física mostrou os limites de uma universidade que, muitas vezes, responde ao adoecimento estudantil apenas com burocracia, desconsiderando a dimensão humana que sustenta a permanência acadêmica. O diagnóstico de autismo, recebido em 2021, permitiu ressignificar esse caminho, revelando que minhas dificuldades não eram sinônimo de incapacidade, mas resultado de barreiras institucionais e pedagógicas que ainda persistem.

A mudança para o curso de Letras, em 2023, demonstrou o quanto a escolha de uma área em sintonia com meu hiperfoco e com minhas potencialidades pode transformar sofrimento em florescimento. Essa transição, no entanto, só se consolidou porque foi acompanhada de acompanhamento terapêutico, acesso a medicação e, sobretudo, pelo reconhecimento institucional de políticas de acessibilidade que possibilitaram novas formas de permanência. O contraste entre exclusão e acolhimento ao longo dessa trajetória confirma que a inclusão não é apenas um princípio abstrato, mas um conjunto de práticas cotidianas que dependem da escuta atenta, da flexibilização curricular e do compromisso ético com a diversidade.

Assim, a principal contribuição deste relato é mostrar que a experiência autista no ensino superior não deve ser reduzida a uma narrativa de obstáculos, mas também reconhecida como produtora de saberes. As estratégias que elaborei para estudar, os modos de negociar adaptações e a própria capacidade de transformar vivências em reflexão crítica constituem conhecimentos situados que dialogam com a perspectiva da ecologia de saberes (Santos, 2007). Desse modo, a inclusão em movimento não se resume a adequações individuais, mas implica reconhecer que estudantes neurodivergentes também produzem perspectivas fundamentais para repensar as práticas pedagógicas.

Ao compartilhar essa trajetória, busco reafirmar que a universidade só cumpre seu papel social quando se abre à pluralidade de modos de aprender e existir. A inclusão, nesse sentido, não deve ser vista como concessão, mas como princípio estruturante de uma educação que se pretende democrática, equitativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

ELLIS, Carolyn. *The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
GOMES, Elihab Pereira; MENDES, Jean Michel R.; ALMEIDA, José Rogécio de S.; DUARTE, Heloísa Alencar; VIEIRA, Vanessa Rayane; FREIRE, Marco Aurelio M. Processos de inclusão de

peessoas com deficiência no Ensino Superior: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, e11910816977, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.16977>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a "problem with no name" to the emergence of a new category of difference. In: CORKER, M.; FRENCH, S. (org.). *Disability discourse*. Buckingham: Open University Press, 1999.